

Análise da Crise Boliviana

Izadora Xavier
15/06/05

Ao analisarmos a atual situação política boliviana, a fim de irmos mais a fundo na compreensão da sua dinâmica, devemos superar o impulso inicial de apenas defini-la como “crise” para, através da concepção de tal termo, entender porque o fazemos, identificando a natureza e característica dos processos presentes nesse panorama político. Finalmente, a partir do esclarecimento dessa conjuntura estabelecer possíveis impactos e cenários na relação do Brasil com a Bolívia, assim como possibilitar a projeção de políticas do país em relação ao vizinho boliviano.

Segundo Poulantzas, a crise é um período de adensamento de contradições, previamente existentes e gerenciadas pelo sistema, que alcançam um momento de ruptura. Nesta acepção, teríamos uma situação de crise como resultado de um processo histórico em que setores contraditórios alcançam um ponto em que a demanda por reorganização das estruturas pode chegar a níveis violentos. Transportando-o para o caso boliviano, o segundo pedido de renúncia de Mesa, o bloqueio das estradas e a polêmica quanto à lei dos hidrocarbonetos, por mais recentes que sejam, aparecem apenas como eventos percebidos dentro de um quadro de instabilidade dentro do Estado boliviano que vem chamando a atenção desde antes da “guerra do gás”, em dois mil e três, sendo fruto de contradições profundas que têm raiz na própria construção das instituições econômicas e políticas da Bolívia.

Privilegiando essa perspectiva é possível fazer uma análise do que seria a crise boliviana dentro de um contexto bem mais antigo de tensão. Contexto bastante complexo, inclusive, considerando a diversidade étnica, política e econômica do país. Assim temos, por exemplo, diversos setores na economia, alguns mais tradicionais, uma camada de produção urbana a uma elite industrializada compondo a chamada “abirragada” (heterogênea) economia boliviana. Essa diversificação de camadas da população está ligada a divisão política do país que, no momento, debate-se entre as diferentes reivindicações que vão desde a crença na necessidade do fim do Estado boliviano para dar lugar ao ressurgimento do império inca aos impulsos separatistas do enclave industrial no país, a região da província de Santa Cruz de La Sierra.

Podemos mais uma vez identificar a determinação de Poulantzas quanto a crises com a atual situação boliviana ao perceber que todos os setores supracitados buscam a reorganização de certas ou todas as estruturas governamentais na Bolívia. A questão da fragilidade das instituições democráticas no país piora com a mobilização por parte das populações indígenas e camponesas questionando os canais de participação, que se sentem excluídas historicamente do processo de constituição das organizações políticas do país. As dimensões de determinantes da natureza da crise se interpenetram quando vemos a insatisfação política, resultando mesmo na rejeição total da identidade boliviana, agravada pela má distribuição de renda e pela reforma agrária frustrada. Estas insatisfações se traduzem na formação de uma opinião pública nacionalista contra as políticas econômicas neo-liberais, responsabilizando-as pela pauperização camponesa. A canalização do questionamento quanto às estruturas sociais levam aos movimentos para impedir a “expropriação das riquezas nacionais por empresas estrangeiras” pressionando o Congresso e o governo a ponto de causar a renúncia do presidente por “ingovernabilidade”.

Este quadro de crise de legitimidade tem, em outro viés, a participação das elites econômicas industriais de Santa Cruz. Estas tampouco mostram-se dispostas a aceitar as estruturas bolivianas tal como hoje estão organizadas, ameaçando separar-se do país se não forem aliviadas no que, a seu ver, é uma sobrecarga de taxaço.

O presente cenário é ainda agravado pela incidência das preocupações norte-americanas com a ligação entre terrorismo e o tráfico de drogas; das petroleiras ao procurarem

garantir seus interesses na configuração das leis que regem os recursos naturais bolivianos, e, ao mesmo tempo em que são essenciais para a gestão e comercialização de recursos, são vistas pela população como responsáveis pela expropriação da riqueza do país. Há também os interesses e impactos sobre países vizinhos, cujas relações comerciais com a Bolívia podem ser prejudicadas pelo aumento do preço do gás. De maneira geral, no cenário internacional, de acordo com o estabelecido por Lisa Martin, as relações de cooperação são dificultadas, pois o pouco controle sobre a situação doméstica coloca em cheque a garantia para outros países, em arranjos cooperativos, de que não haverá deserção da parte boliviana, dependendo do desenrolar da crise na região.

No que diz respeito à evolução da crise e sua possível superação, é interessante ver, na concepção de Poulantzas, tanto quanto na de outros autores, em aberto a natureza do cenário, em que a estabilidade é recuperada, ao fim da crise. A posição estável alcançada necessariamente para considerarmos uma crise superada é baseada em uma nova estrutura ou há a possibilidade de retorno à normalidade do *status quo* anterior à crise? No caso da conjuntura boliviana é interessante considerar exatamente o que seria esse aspecto de normalidade. As instituições democráticas da república boliviana nunca foram de fato estáveis, uma vez que a República tem em sua história mais golpes de Estado que aniversários. A possibilidade de modificação das estruturas, contudo, no sentido de reforçar a participação política das maiorias indígenas e a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte que também contasse com a participação dessas maiorias mobilizadas poderia ser um avanço para a estabilização e reforço das instituições democráticas no país, legitimando tais instituições frente a esta população que hoje tem dificuldade para se identificar com o Estado boliviano historicamente construído na base de sua exclusão.

Todavia, o fator tensão, sempre presente na análise de Poulantzas, leva a relativização de qualquer estabilidade que possa ser alcançada. A questão seria que algum dos setores hoje envolvidos nos conflitos políticos bolivianos conseguisse de alguma forma gerenciar a tensão patrocinada pelos outros setores, e esta é a maior dificuldade boliviana e grande responsável por não ser possível observar nesta república uma normalidade que envolva grandes períodos de estabilidade democrática. E, mesmo ante a estabilidade determinada, não há total supressão das tensões – qualquer um dos setores que, numa superação da crise, garantisse a sobrevivência do Estado democrático dependeria da coordenação entre as demandas dos outros setores; concertar interesses tal divergentes quanto aqueles que compõem a Bolívia é o grande desafio para a superação desta crise.

Qualquer das possíveis alternativas que venha a concretizar-se, os interesses brasileiros, mais do que as perdas econômicas da Petrobrás, estão na construção de uma opção que permita a acomodação das divergências bolivianas democraticamente, e sem o aprofundamento do conflito. Não só pelas dificuldades de cooperação anteriormente mencionadas. O impacto político e econômico do prolongamento ou agravamento da crise seria negativo para toda a região, sendo, portanto, interessante o patrocínio da competição democrática e do diálogo entre as camadas discordantes a fim de assistir à Bolívia no encerramento da crise. Sem dúvida, o maior interesse do Brasil é o de garantir na região que o momento de ruptura e reacomodação de estruturas não recuperará a normalidade anterior, caracterizada pela instabilidade, divergências profundas e golpes de Estado; antes, o Brasil deveria trabalhar para ajudar no estabelecimento de nova estabilidade, baseada no diálogo e participação democrática de todos os setores, garantindo a sobrevivência do Estado de Direito.